

and he even had himself bled, on at least one occasion, against the advice of his chief physician.⁸⁹ So, when we begin to look at what the diaries say about health and sickness, we find ourselves, on the one hand, in a familiar world of colds, headaches and malarial visitations – but, on the other, confronted by extraordinarily ancient diagnostic and therapeutic principles that today are wholly alien.

Clearly, this was a hazardous world for patients; but it was also a very difficult and dangerous place for doctors. When Linhares returned to Goa from his coastal voyage in April 1631, he found that all the local “physicians” – meaning, presumably, the *vaidyas* – had been confined in a dungeon, for reasons he does not explain. At the time an epidemic was raging, and so he decided to have them released, to attend to the sick.⁹⁰ But the misadventures of these practitioners seem mild indeed compared to those of Chief Physician Fernão Lopes d’Orta, in the early 1620s. Sent to Bijapur to treat its sick sultan by the then governor, Fernão de Albuquerque (1619-22), this unfortunate man had his nose and ears slit off, when his illustrious patient died.⁹¹

I would like now to reiterate an important point. These two journals are not, in a strict sense, “personal diaries”. Nor are they “journaux intimes” – introspective journals, in which the authors express their innermost thoughts and feelings, without inhibition.⁹² These diaries are official documents – records that viceroys were required to keep by order of a distant crown, trying to get a clearer idea of what its representatives were actually doing. Nevertheless, the diaries are rich mines of information. They contain illuminating material on the political history of Goa and of the *Estado da Índia*. But they also tell us much about the viceroys themselves – their attitudes to work, the impact on them of a burdensome bureaucracy constantly generating paper, their roles as face-to-face communicators, their struggles with the functional problems of patriarchy under Indian conditions, their religious profiles and their attitudes to sickness and contemporary medicine. The Linhares and Sarzedas journals are indeed windows into how lives were actually lived in the seventeenth century. As historians, we should be grateful to these two hardworking viceroys – grateful for the hours they spent, laboring by candle-light, pen in hand, at the end of long, exhausting days, writing up their respective journals – to fulfill yet another tiresome bureaucratic duty.

⁸⁹ *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, pp. 168-9.

⁹⁰ BNL, FG, Codex 939 Pt. 2, f. 21.

⁹¹ P.S.S. Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado*, Tipografia Rangel, Goa, 1953-, vol. 1 1618-1633, pp. 334-5.

⁹² For these forms of diaries see Fothergill, *op. cit.*, and Alain Girard, *Le Journal Intime*, PUF, Paris, 1986. A useful discussion concerning a Portuguese personal diary, from a somewhat later period than those of Linhares and Sarzedas, may be found in D. António José de Noronha, *Diário dos Sucessos da Viagem que Fez do Reino de Portugal para a Cidade de Goa, D. António José de Noronha, Bispo de Halicarnasse, Principiada aos 21 de Abril de 1773*, Carmen M Radulet (ed.), Fundação Oriente, Lisbon, 1995.

A FUNDAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA E OS DESAFIOS EUROPEUS DE D. MANUEL I*

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA**

O arranque da Expansão Portuguesa e, sobretudo, o início dos Descobrimientos foram processos que beneficiaram da situação geográfica privilegiada de Portugal e da crise política que afectou o Ocidente Europeu no século XV. Os Portugueses foram habilidosos na diplomacia e eficazes na guerra, o que lhes permitiu chegar ao início do reinado de D. Manuel I desfrutando de uma situação hegemónica sobre vastas áreas do Atlântico.

Não fora simples chegar a esse estado de coisas.

A herança quatrocentista¹

Em relação a Castela, fora preciso enfrentar o rei João II, explorar a fragilidade de Henrique IV e, finalmente, derrotar no mar as pretensões de Isabel. No início do seu reinado, D. João II fora capaz de neutralizar pela via diplomá-

* Esta comunicação baseia-se principalmente no meu livro *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento*, Lisboa, *Temas & Debates*, 2007 (1.ª edição, pelo *Círculo de Leitores*, 2005); aqui citada pela edição mais recente que foi retocada e actualizada.

** UNL/CHAM.

¹ Para a evolução da Expansão Portuguesa no século XV sigo, essencialmente, os meus estudos *Henrique, o Infante*, Lisboa, *Esfera dos Livros*, 2009; «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», in *Mare Liberum*, 17 (1999), pp. 39-71. E os estudos de Luís Filipe Thomaz: «A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos» e «O projecto imperial joanino (tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)» in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, *Difel*, 1994, pp. 43-168.

tica os primeiros sonhos de expansão marítima inglesa.² A França, por sua vez, viveu a segunda metade do século XV embrenhada num complexo e demorado processo de unificação política. Apesar disso, em 1460, o infante D. Fernando escreveu a seu irmão, o rei D. Afonso V, a propósito da vontade do monarca de passar a África: «se até aqui tiveram os franceses com vontade do monarca de outras partes do vosso senhorio, não lhes causará receio, sabendo que estais em Ceuta».³ Significa isto que a França já representava então um desafio à expansão marítima portuguesa.

A hegemonia obtida por Portugal nos mares no tempo de D. Afonso V não impediu Castela de ganhar uma posição importante no Ocidente.⁴ O novo tratado de partilha dos oceanos, assinado em 1494, assegurava para Portugal o exclusivo da circum-navegação de África, mas não garantia o monopólio do acesso à Índia. A incerteza quanto à configuração das terras no Atlântico Ocidental demorou a ser desfeita, pois só no princípio do século XVI se começou a falar num Novo Mundo, e só na década seguinte se percebeu definitivamente que havia um outro continente que impedia o acesso rápido dos Europeus à Ásia pela via ocidental. Por isso, durante muito tempo perdurou, na corte portuguesa, o receio de que os Castelhanos estivessem prestes a alcançar a Ásia Oriental, por uma rota tropical, o que suscitou um último episódio azedo entre as duas cortes peninsulares, em 1512.

Acrescente-se que durante algum tempo Castela não esteve sozinha nesta corrida, pois também Henrique VII de Inglaterra procurou ganhar acesso aos mercados asiáticos. Em finais do século XV, o Tudor era um rival ameaçador. Em Maio de 1498, quando o Gama ainda cruzava o Mar Arábico, Caboto, um navegador veneziano ao serviço do rei inglês, zarpava de Bristol com cinco navios, tendo por destino as terras a Ocidente onde aportara no ano anterior, e que se supunha pertencerem ao continente asiático.⁵ Não se sabe se estas viagens tiveram repercussões em Portugal, mas é de presumir que gerassem alguma inquietação na corte manuelina, pois nessa altura nenhuma monarquia da Cristandade tinha direitos formais sobre os territórios e os mares da Ásia, salvo as que estavam implícitas no Tratado de Tordesilhas. Henrique VII entrou, pois,

² Cf. Rui de Pina, *Chronica d'elrey D. João II*, cap. VII. Sobre este assunto veja-se Consuelo Varela, *Ingleses en España y Portugal. Aristócratas, mercaderes e impostores*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

³ *Monumenta Henricina*, vol. XII, pp. 310-323.

⁴ Da vasta bibliografia existente sobre os primórdios do Império Espanhol destaca o texto clássico de Guillermo Céspedes del Castillo, *América Hispânica (1492-1898)* (vol. VI de *Historia de España* dirigida por Manuel Tuñón de Lara), Barcelona, Editorial Labor, 1983; e a obra recente de Hugh Thomas, *El Império Español. De Colón a Magallanes*, Barcelona, Editorial Planeta, 2003.

⁵ Cf. o meu livro *D. Manuel I...* pp. 223-225. Veja-se também S. B. Chrimes, *Henry VII*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1999, pp. 225-232; G. J. Marcus, *The conquest of the North Atlantic*, Suffolk, The Boydell Press, 1980, pp. 164-173.

numa corrida que acabaria por ser ganha pelo rei português. Este, logo após o regresso do Gama, chamou a si o título de senhor da conquista, navegação e comércio dessas regiões longínquas e obteve a respectiva confirmação papal⁶. Recorde-se que, por esta altura, a reprodução pública de mapas era limitada, como o comprova a carta régia de 13 de Novembro de 1504, por que D. Manuel I autorizava que se publicitasse a navegação até Manicongo, quando até aí só se podia fazê-lo até à ilha de S. Tomé.⁷ Num caso e noutro encontramos medidas tendentes a dificultar o acesso dos rivais europeus à Índia.

Neste caso, a Geografia ajudou de sobremaneira os Portugueses a vencerem estes primeiros desafios europeus. E se no caso inglês a documentação aparentemente não deixou vestígios de tensão diplomática, e Henrique VIII não prosseguiu a política de seu pai, o mesmo não se pode dizer do caso castelhano. A frustração de Fernando e Isabel com a notícia do sucesso do Gama, que nos é testemunhada pelo cronista Jerónimo Zurita⁸, não impediu que a coroa castelhana continuasse a ambicionar atingir a Ásia.

Por essa razão, D. Manuel I manifestou por várias vezes pressa em que os seus oficiais atingissem Malaca, a fim de evitar que os Castelhanos se antecipssem.⁹ Nem a percepção portuguesa do mundo, consubstanciada no célebre mapa de Cantino, nem tampouco a concepção mais divulgada na Europa, baseada no mapa de Rosselli, de que uma matriz circulou nas *Tabulae novae* da Geografia de Ptolomeu, sossegavam o monarca português. O problema não estava em saber se as terras do Noroeste do Atlântico pertenciam ao continente asiático, como insinuava o mapa de Rosselli – o problema principal era o receio de que no Atlântico tropical não houvesse uma linha contínua de terra firme, e que fosse possível prosseguir navegação mais para Ocidente até à Ásia,¹⁰ o que

⁶ Sobre esta questão veja-se Luís Filipe Thomaz, «L'idée impériale manueline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque*, Paris, Centre Culturel Portugais, 1990.

⁷ Cf. *Portugaliae Monumenta Africana*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. III, 2000, pp. 405-406.

⁸ Cf. Jerónimo Zurita, *Historia del rey Don Hernando el Católico: de las empresas y ligas de Italia* (ed. Angel Canellas Lopez), 6 vols., Saragoça, 1989, livro III, cap. xxxix.

⁹ Cf. o meu artigo «A Coroa portuguesa e a China (1508-1531). Do sonho manuelino ao realismo joanino», in *Estudos de História do relacionamento luso-chinês. Séculos XVI-XIX* (organização e coordenação de António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves), Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 11-84.

¹⁰ O mapa de Cantino foi produzido em Portugal, nos últimos meses de 1502. Além de ser o planisfério mais antigo que se conhece, distingue-se por incluir territórios americanos (Brasil, Antilhas e Terra Nova), inclui uma representação de África muito próxima da sua configuração real e regista a península hindustânica. O seu conjunto, que contém já a ilha de Santa Helena, avistada pela primeira vez pela tripulação da armada da Índia de João da Nova (1501-1502), mostra-nos a percepção do mundo que estava acessível a D. Manuel I e seus conselheiros no final de 1502. Como é sabido, este mapa foi adquirido ilegalmente pelo espião Alberto Cantino por encomenda de Hércules d'Este, duque de Ferrara, mas a sua informação revolucionária não

era tema de discussão desde as viagens do Gama e de Cabral, como nos testemunha, por exemplo, Valentim Fernandes no seu prólogo ao *Livro de Marco Paulo*, tendo então o tipógrafo alemão tomado partido pela tese de que as terras do Noroeste do Atlântico já pertenciam ao continente asiático:

«Passou vossa senhoria não digo somente toda a linha equinocial, mas ainda aos últimos fins de Ocidente e começo de Oriente até as terras do Grande Cão, onde já começa a soar vosso poderoso nome, onde jazem as mui nobres províncias Tenduch, Mangy Tanguth, etc, o princípio das quais segundo meu pequeno saber achou o mui honrado fidalgo Gaspar Corte Real».¹¹

Embora Valentim Fernandes cumulasse o monarca português com elogios e dissesse amiúde que se viviam tempos maravilhosos, nesta referência a Gaspar Corte Real aludia a uma dúvida que, certamente, angustiaria o *Venturoso* e seus conselheiros.

A chegada dos Portugueses à Índia suscitou, ainda várias diligências da diplomacia veneziana. Veneza ajudou a combater os Portugueses no Índico e tentou desacreditar na Europa a nova rota mercantil das especiarias,¹² mas fracassou e no Outono de 1521 enviou um emissário a pedir que o rei de Portugal passasse a vender por atacado à Senhoria as especiarias que chegavam ao Tejo.¹³

A crise luso-castelhana de 1512

No ano de 1512, período de crise nas relações luso-castelhanas devido à neutralidade pró-francesa de D. Manuel I na guerra entre Fernando o *Católico*

passou para a rival Veneza. Aí, em 1508, Rosselli desenhou um planisfério, que beneficiava das informações vagas que chegavam à Senhoria acerca das viagens de Portugueses e Castelhanos, mas que registava uma África muito mais imperfeita e uma Ásia muito mais próxima da tradição ptolomaica. Tanto o mapa de 1502 como o de 1508 não assinalam o Oceano Pacífico e ambos mantêm aberta a passagem do Atlântico tropical para a Ásia. No caso de Rosselli, a América do Sul é apresentada como um «Novo Mundo», mas a América do Norte é apresentada como um prolongamento do Extremo Oriente asiático. Estes dois mapas são, assim, um testemunho claro das dúvidas que persistiram acerca da configuração da América e, conseqüentemente, da acessibilidade da Ásia pela via do Ocidente.

Os dois mapas têm sido estudados em inúmeras publicações. Ambos foram apresentados recentemente na exposição *Portugal e o Mundo nos Séculos XVI e XVII* (Lisboa, 15 de Julho a 11 de Outubro de 2009). Veja-se as notas de Alexandra Curvelo, no respectivo catálogo (pp. 60-63).

¹¹ *O Livro de Marco Paulo ... conforme a impressão de Valentim Fernandes feita em Lisboa em 1502* (ed. Francisco Maria Esteves Pereira), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922, p. Aijj.

¹² Cf. Jean Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. III. *Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521* (ed. póstuma preparada por Luís Filipe Thomaz, Maria da Conceição Flores e Françoise Aubin), Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 443-464.

¹³ Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, livro IV, cap. lxxxi.

e Luís XII,¹⁴ as dúvidas e as rivalidades em relação à Ásia Oriental subiram de tom na correspondência entre os dois monarcas ibéricos.

A 30 de Agosto de 1512, o embaixador português escreveu a D. Manuel informando-o das suas conversações com o piloto Juan Diaz de Solis, que «com três navios iria a Malaca a demarcar o de Castela». João Mendes de Vasconcelos, o embaixador, tivera uma larga prática com ele e percebera que ele estava convencido que Malaca pertencia a Castela. O piloto falava do mar «como quem sabe o que fala», e tinha informações que Afonso de Albuquerque fizera uma armada para os chins que eram mais de 300 léguas dentro da demarcação de Castela.¹⁵ Tratava-se, pois, da reacção castelhana à notícia da partida de Albuquerque para Malaca.

Aliás, nos anos anteriores, vários conselheiros de Isabel e de Fernando haviam defendido que boa parte das águas asiáticas estavam na esfera de influência de Castela, o que até era plausível, sem se conhecer bem o comprimento do diâmetro terrestre e sem ter uma noção da existência e da grandeza do oceano Pacífico. Apesar de dispor de conhecimentos mais correctos das medidas do planeta, D. Manuel I manteve-se receoso durante os primeiros anos do século XVI. Por isso, em 1506, ordenou a D. Francisco de Almeida que procedesse ao rápido descobrimento de Malaca e que erigisse uma fortaleza na região, pois seria a forma de ter vantagem sobre os rivais peninsulares quando estes chegassem aos mares da Malásia. O texto da missiva régia é muito elucidativo quanto às preocupações que assaltavam o monarca:

«Por Cide Barbudo vos temos escrito, encomendando-vos que, se ainda não tínheis enviado navios a Malaca, segundo vo-lo encomendamos por regimento, os enviásseis, dando-vos para isso tempo [e] lugar, e podendo-se fazer sem pejo das cousas de nossos serviço dessas partes da Índia, porque se oferecia cá um pejo de uma certa armada de Castela, que nos foi notificado que se fazia prestes pêra neste Verão haver de ir em busca de Malaca, fazendo duvidoso ser dentro das nossas marcas; e que por ser tomada primeiro por nós

¹⁴ Embora se mantivesse formalmente neutral, D. Manuel autorizou o apoio logístico a esquadras francesas, o que motivou queixas de Fernando, o *Católico*. Diz ainda o cronista que Fernando terá manifestado desejo de vir pessoalmente a Portugal para ver seus netos, o que D. Manuel I teria recusado, por receio de ser pressionado a entrar na aliança contra a França. Cf. *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel* (capítulo censurado na edição original, mas recuperado na edição de Coimbra de 1949-1955 – vol. III, pp. 293-297). A notícia é confirmada por carta de João Mendes de Vasconcelos para D. Manuel I, escrita em Logroño, a 26 de Outubro de 1512. Noutra, de 30 de Agosto, João Mendes referia que a esquadra francesa que fora beneficiada no porto de Lisboa, lançara de seguida ataques à costa da Galiza. Cf. *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos* (ed. António de la Torre e Luís Suarez Hernandez), 3 vols., Valladolid, CSIC, 1958-1963, vol. III, pp. 203-205, 218-219.

¹⁵ Cf. *Documentos referentes ...*, vol. III, pp. 203-205.

posse, que nestas cousas dá muito direito, além do que nós cremos que nisso temos, como por ser cousa tão principal dessas partes, e de tanta riqueza e proveito se espera, folgariamos de assim se fazer».¹⁶

Significa isto, que nesse ano, a geo-estratégia do rei português se ajustava à configuração do mundo que estava percepcionada nos mapas de Cantino e de Rosselli, que atrás referi. Embora fosse a única potência europeia capaz de operar na Ásia, Portugal receava os possíveis desafios europeus nos mares orientais.

Voltando ao ano de 1512, por cartas de João Mendes de Vasconcelos, de 30 de Agosto e de 7 de Setembro, sabemos que, ao mesmo tempo, Fernando receava que D. Manuel estivesse a organizar uma armada para enviar às Antilhas.¹⁷ Na carta de 7 de Setembro, João Mendes dava mais pormenores sobre a armada castelhana. Fernando negava que a armada tivesse por missão ir descobrir Malaca, «senão a descobrir e saber o de cá» e assegurava que não se «tocaria» nas demarcações da Coroa de Portugal. Apesar dos desmentidos de Fernando, um outro português que também iria na armada confessara a João Mendes que haviam de ir direitos do cabo da Bca Esperança e daí a Ceilão e a Malaca.¹⁸ Significa isto que, nesta ocasião, se admitia em Castela a possibilidade de desafiar o monopólio português da Rota do Cabo para tentar chegar ao anti-meridiano de Tordesilhas, ou que, pelo menos, a diplomacia portuguesa receava que os Castelhanos se tentassem a dar esse passo.

A 20 de Setembro, D. Manuel escreveu uma carta ao sogro manifestando-se contra a possibilidade da armada que estava ser preparada em Sevilha se destinar a Malaca. Referia que Fernando dissera a seu embaixador que a armada «ia a descobrir», sem dar outra explicação. D. Manuel lembrava que os seus domínios haviam sido obtidos com «grandíssimas despesas [que] tenho feito e em que tanto sangue de meus criados, fidalgos e vassallos é derramado» e acrescentava que «com minha armada, fortalezas e gente nelas não se me deve tocar nem fazer cousa que não deva e em especial por vós e vossas cousas que as minhas espero que sempre guardeis e olheis como as vossas próprias, pois assim há-de sempre por mim e pelas minhas de ser resguardado e olhado o que vos tocar».¹⁹ A 26 de Outubro, João Mendes de Vasconcelos referia que em Castela continuava a correr voz que os Portugueses preparavam uma armada pela via da ilha da Madeira para ir esperar os navios que vinham das Antilhas.²⁰ Na mesma carta

¹⁶ *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia* (ed. Artur Basílio de Sá), 6 vols., Lisboa, 1954-1988, vol. I, pp. 6-7.

¹⁷ Cf. *Documentos referentes...*, vol. III, pp. 204 e 206.

¹⁸ Cf. *Documentos referentes...*, vol. III, p. 206.

¹⁹ *As Gavetas da Torre Tombo*, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1977, vol. I, p. 908.

²⁰ Cf. *Documentos referentes...*, vol. III, p. 218.

João Mendes informava que os portugueses eram acusados de apoiar as armadas francesas que atacavam a costa da Galiza, o que, como vimos, era verdade. D. Manuel era, de facto, um vizinho incómodo para o *Rei Católico*. Apesar da grandeza dos seus domínios peninsulares e da riqueza do seu senhorio mediterrânico, o Aragonês, estava disperso por diversas frentes de combate, pelo que não podia acrescentar nova guerra no seu flanco ocidental e na sua corte o reino de Portugal era visto então como uma entidade potencialmente hostil.

*
* *

A chegada dos Castelhanos à Ásia ficou adiada por então e só se consumou depois, com a armada de Fernão de Magalhães. Este, como é sabido, demandou a Ásia pela via do Ocidente, sem desafiar o exclusivo português da Rota do Cabo. O longo contencioso que se seguiu, só terminaria com o Tratado de Saragoça, de 1529, mas a partir da América, os Castelhanos continuaram a olhar cobiçosos para os mercados asiáticos e aí voltariam a partir do México na década de 40, para depois se instalarem nas Filipinas, desde 1565. Entretanto, em 1538, Carlos V escreveu uma carta ao governador de Cuba para que este desse a João Orive as terras baldias dessa ilha para que fossem aí semeados pimenta, cravo, gengibre e outros géneros, de acordo com a capitulação que o imperador acordara com o dito João Orive.²¹

Este é mais um episódio de uma longa série de tentativas de transplantar as especiarias asiáticas para o mundo atlântico, que não teve sucesso, mas que demonstra como o monopólio português na Ásia e o exclusivo do comércio das especiarias foi sempre alvo da cobiça dos Europeus. Nesse sentido, os grandes trunfos dos Portugueses foram a própria Geografia e a capacidade de manterem a Rota do Cabo indisputada enquanto o Reino foi governado pela dinastia de Avis.²²

A Índia e o Império Manuelino

Uma outra questão que me parece pertinente é a de avaliar o papel da Índia no contexto da política manuelina – uma política que estava focalizada principal-

²¹ Cf. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, 1-63-61.

²² O monopólio português foi reconhecido implicitamente pelos Ingleses durante todo o período da dinastia de Avis, como se prova pelo facto de os mercadores de Londres terem criado companhias comerciais para procurar a Ásia pelo Noroeste e pelo Nordeste do Atlântico. Este facto mostra-nos que, embora desejassem aceder aos mercados asiáticos, os Ingleses reconheciam direitos de exclusividade a Portugal na Rota do Cabo. Cf. Derek Massarella, *A world elsewhere. Europe's encounter with Japan in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1990, pp. 49-58.

mente no próprio Reino e no espaço euro-mediterrânico,²³ com uma incidência muito particular para Castela.²⁴

As vitórias da Índia e o trato das especiarias foram uma peça fundamental da afirmação de D. Manuel no teatro europeu. Rei que nunca combateu, nem enca-beçou um exército, o *Venturoso* era retratado como um guerreiro numa edição do folheto *Mundus Novus*, de 1508, em Nuremberga.²⁵ As vitórias dos seus oficiais ressoaram na Europa como feitos do monarca.²⁶ D. Manuel distribuiu muitas vezes especiarias e açúcar por conventos no estrangeiro, tal como fazia imprimir descrições das vitórias dos seus guerreiros, ou como fez passear um elefante pelas ruas de Roma, e tentou depois fazer o mesmo com o célebre rinoceronte.

D. Manuel aspirava ao título de imperador do Oriente²⁷ e trabalhou laboriosamente para o alcançar, mas ao mesmo tempo foi um rei activo e empreendedor no seu Reino e uma personagem influente e interveniente no complexo xadrez peninsular, sobretudo após a morte de Isabel a Católica, em Novembro de 1504. Além disso, D. Manuel I mobilizou dezenas de milhares de homens na esperança de obter a conquista de territórios no Norte de África, em que o reino de Fez seria o fruto mais apetecido. Note-se, aliás, que foi por causa de Marrocos que D. Manuel I enfrentou por duas vezes a Igreja, quando obteve do papa a terça da dízima e quando arrancou ao estado eclesiástico os bens com que se constituíram as comendas novas da Ordem de Cristo que foram destinadas a quem tivesse servido a Coroa em África.²⁸

Lembre-se ainda que foi este rei que concluiu o domínio dos arquipélagos atlânticos, com a ocupação definitiva das ilhas das Flores e do Corvo, nos Açores, com a criação das capitânias do Príncipe e de Ano Bom no Golfo da Guiné, e com a intensificação da criação de gado nas ilhas de Cabo Verde. Era, aliás, no Atlântico que estavam as suas fontes de riqueza fundamentais – o ouro,²⁹ os escravos e o açúcar.³⁰ Era um comércio que fluía em pequenas embarcações,

²³ Cf. Luís Filipe Thomaz, «L'idée impériale manéline...».

²⁴ Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 262-284.

²⁵ Cf. *Ibidem*, gravura 27.

²⁶ Logo em 1499, a notícia da chegada da armada do Gama a Lisboa foi mencionada numa *Augsburger Stadtchronik*, mas a informação referia apenas que um capitão do rei de Portugal tinha completado viagem de ida e volta com paragem em Calicute e que tinha encontrado especiarias. O nome do Gama era ignorado e a proeza era vinculada à figura de D. Manuel I. Cf. Marília Santos Lopes, «Tradition und Imagination: "Kalikutische Leut" im Kontext alt-neuer Weltbeschreibungen des 16. Jharhunderts», in *Ásia Marítima. Images et Réalité. Bilder und Wirklichkeit. 1200-1800* (ed. Denys Lombars e Roderich Ptak) Wiesbaden, 1994, pp. 13-26, p. 13.

²⁷ Cf. Luís Filipe Thomaz, «L'idée impériale manéline...».

²⁸ Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 198-202.

²⁹ Cf. João Cordeiro Pereira, «O resgate do ouro na costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião», in *Sivdia*, 50 (1991), pp. 5-48.

³⁰ António Marques de Almeida refere que em 1518-19, as receitas régias obtidas com o açúcar rondavam os 50.000 cruzados, enquanto as das especiarias atingiam os 300.000, mas as

em trânsito permanente pelo Oceano, que, no entanto, não atraiu a atenção dos cronistas.

Estes produtos não tinham o prestígio das exóticas especiarias, mas eram obtidos com investimentos muitíssimo mais baixos que os da Carreira da Índia, e no caso do ouro tratava-se de uma mercadoria que proporcionava receitas imediatas para os cofres da Coroa, ao contrário das especiarias que tinham que ser revendidas; e o ouro (que chegou então em quantidades muito apreciáveis) nunca corria o risco de apodrecer por mau acondicionamento.³¹

Ao contrário do seu antecessor, D. Manuel I foi um rei reformador. Pouco depois de subir ao trono desencadeou uma série de reformas estruturais, algumas das quais perduraram mesmo até ao século XIX, como foi o caso da reforma dos forais. O rei interveio na assistência, na reorganização das comarcas e apoiou a criação das misericórdias; promoveu a reforma da Ordem de Cristo; reorganizou fundos arquivísticos através da Leitura Nova; promoveu reformas urbanísticas profundas; e fez crescer o património arquitectónico e artístico por todo o país. Intervinha inclusive na definição tanto dos espaços dos novos monumentos como na configuração de pinturas por ele encomendadas.³²

Foi este rei particularmente activo, de interesses multi-facetados e de mil e uma preocupações, que fundou o Estado da Índia. No conjunto global da documentação manuelina, os papéis relacionados com o Oriente constituem uma pequena minoria.

Foi a Índia que fez D. Manuel I famoso, mas como sabemos era a Cruzada à Terra Santa que alimentava o sonho oriental do *Venturoso*. Episódio simbólico, a não recondução de Afonso de Albuquerque como governador da Índia é uma evidência do peso da Europa e do Mediterrâneo na política manuelina, pois o estabelecimento por Albuquerque de sólidas bases asiáticas para Portugal não bastou para satisfazer o rei, quando fracassou o assalto ao Mar Vermelho.³³

Refira-se a este propósito, que é possível que no final do seu reinado, D. Manuel I tivesse começado a pensar na Ásia pela Ásia, pois dessa forma fica mais lógica a sua decisão de 1521 de ordenar a construção de uma fortaleza na

primeiras não careciam de investimento significativo, tal como os 120.000 cruzados oriundos do ouro da Mina. Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 193-194.

³¹ Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 219-221.

³² Sobre o reinado manuelino existe bibliografia abundante, que utilizei em grande medida na biografia do monarca que publiquei em 2007 e que tenho vindo a seguir. Dentre as outras sínteses saliento a de Fernando António Baptista Pereira, «D. Manuel, espelho de Salomão, inventor do mundo», in *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (dir. João Medina) 15 vols., Amadora, Ediclube, 1993, vol. IV, pp. 84-98.

³³ Para a acção de Afonso de Albuquerque, além da bibliografia já citada, refira-se a obra de Geneviève Bouchon, *Albuquerque, le lion des mers d'Asie*, Paris, Éditions Desjonqueres, 1992; veja-se ainda o meu livro e de Vitor Luís Gaspar Rodrigues, *Conquista de Goa (1510-1512). Campanhas de Afonso de Albuquerque*, vol. I, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

China e de tentar estabelecer o monopólio de outra rota das especiarias, dessa feita entre Samatra e o Império do Meio.³⁴

Mas na esfera dos interesses régios, para lá dos enormes investimentos na guerra de África e na renovação urbana e artística do Reino, e de todo o trabalho governativo, um outro centro de interesse consumiu uma parte muito considerável da sua atenção – estou a referir-me a Castela, que, poderemos designar hoje como a face oculta do reinado manuelino.

Quase totalmente ignorada por Damião de Góis e pela historiografia, esta dimensão da política manuelina é riquíssima, como se compreende pelos laços de parentesco que o *Venturoso* tinha com a família real e com uma série de casas titulares e de prelados castelhanos.³⁵ Por mais de uma vez o seu nome foi falado para a regência de Castela no período que mediou entre a morte de Filipe o Belo e a chegada ao reino de Carlos de Áustria. Como sempre fez em toda a sua vida, D. Manuel não arriscou e o sogro viveu demasiados anos para que o governo de Castela lhe caísse nas mãos, mas D. Manuel foi tecendo a sua teia e, em 1521, tinha o reino vizinho na mão: o seu casamento com Leonor, irmã de Carlos, permitira-lhe reforçar o seu poder interno, mas fora particularmente benéfico para Carlos que salvaguardara dessa forma um aliado imprescindível. Foi, de facto, D. Manuel a chave para o sucesso de Carlos, aquando da rebelião dos *Comuneros*, pois o monarca assegurou o isolamento político dos revoltosos e concedeu um empréstimo vultoso aos grandes de Castela que lhes permitiu arremeter as tropas que ganharam a batalha de Villalar, a 23 de Abril de 1521.³⁶ Abafada a revolta, só faltava ao *Venturoso* cobrar o preço – casar Carlos com sua filha Isabel e tornar-se pai da regente de Castela, sempre que o imperador tivesse que acudir aos seus outros domínios europeus.

D. Manuel trocava uma correspondência intensa com os seus informadores e representantes em Castela com correios a serem despachados muitas vezes duas e três vezes por semana e com múltiplos destinatários entre os grandes do reino vizinho. A 4 de Março de 1505, por exemplo, nas vésperas da partida de D. Francisco de Almeida para a Índia, D. Manuel ordenava que o seu embaixador na corte castelhana exigisse a folha de caminho dos mensageiros a fim de tentar encurtar os seis dias que costumavam demorar. Foi também neste ano que, aproveitando a incerteza política em que mergulhava Castela, D. Manuel I desencadeou a sua ofensiva militar em Marrocos. Em Dezembro

³⁴ Cf. o meu artigo citado atrás (nota 9).

³⁵ A importância de Portugal no contexto da diplomacia dos Reis Católicos é bem explicitada, por exemplo, pelo cronista aragonês Jerónimo Zurita, citado atrás (vide nota 8). Dentre as obras mais recentes sobre este tema refira-se o estudo de Juan Gil, *El exilio portugués en Sevilla. De los Braganza a Magallanes*, Sevilla, Fundación Cajasol, 2009.

³⁶ Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 359-365. Sobre este assunto, o estudo principal é o de Josef Peres, *La Revolución de las Comunidades de Castilla (1520-1521)*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1999 (original, Paris, 1970).

de 1506, quando alimentava a esperança de organizar a Grande Cruzada, e tinha Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque no assalto a Socotorá, D. Manuel avaliava simultaneamente as hipóteses que teria de lhe vir a ser confiada a regência de Castela. Zurita refere que em 1507, D. Manuel foi mesmo convidado a assumir a regência pelo marquês de Vilhena, pois tinha muitos apoiantes em Castela. D. Manuel, porém, preferia apostar no casamento de seus filhos com Carlos e Leonor de Áustria «e com isto» diz o cronista «ter a regência como tutor e governador de seus filhos».³⁷

Assim no ano de 1512, a questão da armada a Malaca, era um entre outros assuntos, pois D. Manuel recebia por a mesma altura informações sobre os pedidos de recompensa do velho marquês de Vilhena; obtinha informações sobre a acção das galés de França através do conde de Benavente «por ele ser servidor de Vossa Alteza» e depois, em Outubro, João Mendes de Vasconcelos dava conta ao rei que o duque de Najera lhe oferecia 3.000 infantes de picas e armados. Perduravam, ao mesmo tempo, desavenças entre os dois monarcas hispânicos acerca da conquista do reino de Fez, o que motivou a negociação de um novo acordo³⁸. Além disso, Fernando reclamava, aparentemente com razão, pelo apoio que Portugal dispensava às galés do rei de França.

*
* *

A terminar diria que o estabelecimento dos Portugueses no Oriente realizou-se sem a oposição frontal de outras potências europeias, mas que na época e durante alguns anos a Coroa portuguesa recebeu que o desafio europeu se manifestasse nos mares do Oriente. No entanto, beneficiando da Geografia do Atlântico Ocidental, foi capaz de manter os rivais bem longe do cabo da Boa Esperança.

A Índia não foi, todavia, nem o principal centro de atenção, nem a principal fonte de lucros do império manuelino, mas foi sem dúvida o principal meio de propaganda de D. Manuel I na cena europeia.

Na busca de feitos de guerra de um rei contemporâneo de uma plêiade de monarcas guerreiros, Damião de Góis concentrou metade da sua narrativa nos feitos do Oriente,³⁹ mas dessa forma deu-nos uma perspectiva distorcida do reinado de D. Manuel I que foi antes do mais um príncipe do Renascimento.

³⁷ Cf. Jerónimo Zurita, *Historia del rey Don Hernando el Católico...* livro VIII, cap. i.

³⁸ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo...*, vol. VI, pp. 641-646.

³⁹ Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 23-24.